



RECONEXÃO PERIFÉRIAS



Novembro negro, participação social e democracia

Dandara Tonantzin: a defesa das cotas, das mulheres e da negritude

Eduardo Tamborero relembra a história do hip hop

AGENDA DE LUTAS NOVEMBRO DE 2023

CERIMÔNIA DE SANÇÃO DO PROJETO DE LEI (PL 5.384/2020), QUE ATUALIZA A LEI DE COTAS RACIAIS. FOTO: MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Novembro negro, participação social e democracia



FOTO: SÉRGIO SILVA

Neste mês de novembro, quando se celebra o Dia da Consciência Negra, um passo importante foi dado para garantir avanços na educação da população periférica do Brasil, com a assinatura da revisão da Lei de Cotas pelo governo Lula. Após diálogos e negociações que envolveram por meses a mobilização da sociedade civil, atuação do governo federal e do Legislativo, foi possível aprovar um texto que melhora e corrige distorções da legislação anterior, aumentando sua legitimidade após dez anos.

A tramitação do projeto de lei e a retomada de vários órgãos e mecanismos de participação social nos últimos meses evidenciam que o processo democrático ameaçado em períodos recentes voltou ao seu curso e já vem dando frutos para a reconstrução do Brasil. Esta edição da revista **Reconexão Periferias** propõe uma reflexão sobre os desafios do povo negro em relação à participação social e à retomada das políticas públicas e ações afirmativas, essenciais para o combate ao racismo e à luta por moradia, saúde, educação e o bem-viver nas periferias.

A consultora do projeto Reconexão Periferias Léa Marques pontua em seu artigo que para a maior parte das jovens negras o tempo gasto com as tarefas de trabalho de cuidados não remunerado significa uma imposição de barreiras para o exercício dos seus direitos em outros âmbitos da vida, como os estudos e a formação profissional, bem como a menor inserção nos espaços públicos, tais como movimentos sociais e periféricos, além de espaços de atuação política em geral. “Nesse contexto, chama a atenção o fato de cerca de 8,5 milhões de jovens negros e negras não estarem estudando nem trabalhando no Brasil. Desse total, 5,4 milhões são mulheres jovens negras e 3,1 milhões, homens jovens negros.”

No artigo *História do movimento Hip Hop: cin-*

PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS ■ DIRETOR RESPONSÁVEL ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ COORDENADOR DO PROJETO PAULO CÉSAR RAMOS ■ EQUIPE ISAÍAS DALLE, LÉA MARQUES, MATHEUS TANCREDO TOLEDO, RUAN BERNARDO, SOFIA TOLEDO, VICTÓRIA LUSTOSA BRAGA, VILMA BOKANY ■ COLABORADORES SOLANGE GONÇALVES LUCIANO ■ EDIÇÃO E REVISÃO ROSE SILVA ■ PRODUÇÃO EDITORIAL CAMILA ROMA ■ PROJETO GRÁFICO CACO BISOL ■ DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO PAULO OKAMOTTO (PRESIDENTE), VÍVIAN FARIAS (VICE-PRESIDENTA), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ARTUR HENRIQUE, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ELEN COUTINHO, JORGE BITTAR, LUIZ CAETANO, NAIARA TORRES E VIRGÍLIO GUIMARÃES.

quentenário de lutas e desafios, o militante preto do grupo de rap Preconceito Zero Eduardo Tamborero conta a história de um movimento surgido 11 de agosto 1973, nos subúrbios negros e latinos de Nova Iorque, que segue hoje no Brasil resgatando a vida e a auto-estima de milhares de jovens. “No Brasil, o Hip Hop tem protesto, identidade social, luta racial e compromisso com o povo das comunidades.”

A deputada Dandara Tonantzin foi entrevistada para a seção *Quando novas personagens entram em cena*. Formada em pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e mestra em educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sua trajetória como ativista social sempre foi ligada à luta em defesa das mulheres, da negritude, do povo que vive nas periferias e da comunidade LGBTQIA+. Relatora da revisão da Lei de Cotas, recentemente sancionada pelo presidente Lula, ela conta detalhes da tramitação do projeto

e fala sobre as ações afirmativas necessárias para garantir aos estudantes cotistas a oportunidade de viver a universidade em sua integralidade.

A secretária de Ações Afirmativas do Ministério da Igualdade Racial, Márcia Lima, disse na *Entrevista* que as leis de cotas sociais e raciais no acesso ao ensino superior e para cargos no serviço público vão garantir um futuro melhor para todo o Brasil, não apenas para a população negra e de baixa renda. “O bom conhecimento vem das diferentes perspectivas e experiências. Eu espero que no futuro próximo a gente tenha pessoas jovens, formadas, com essa preocupação, formadas pela diversidade e que possam dar valor ao quanto a equidade racial pode colocar o Brasil em outro lugar”.

No artigo *Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil: 2011-2020*, os pesquisadores e consultores do projeto Reconexão Periferias Ruan Bernardo e Sofia Toledo falam da pesquisa iniciada em

2018, que teve como um de seus principais produtos um banco de dados com mapeamento de 10 anos de notícias de jornal reportando casos de chacinas no Brasil.

A seção *Perfil* apresenta a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas de Rondônia (Coeq-RO), cujo objetivo é fortalecer a luta e unificar as comunidades da região para conquistar o direito ao território. Saúde, educação, igualdade racial, direitos das mulheres e fomento econômico para o desenvolvimento local são os principais focos de atuação do coletivo.

Na seção de *Arte*, o pintor Wilson Formiga apresenta seus trabalhos. Natural de Goiânia, mora na periferia da cidade. Começou a desenhar por influência do pai e há dois anos vem mostrando em suas pinturas o resgate do cotidiano difícil e bonito de seu povo.

A revista traz também as seções *Programa*, *Agenda* e *Oportunidades*.

Boa leitura! Boas lutas! ■

À luta com a juventude negra

LÉA MARQUES

LÉA MARQUES É SOCIOLOGA, MILITANTE FEMINISTA, CONSULTORA RESPONSÁVEL PELO EIXO DE TRABALHO DO PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS



FOTO: FERNANDO FRAZÃO/ AG BRASIL

No marco das celebrações do Dia Nacional da Consciência Negra, temas relacionados à juventude negra ganham ainda mais visibilidade.

Nesse contexto, chama a atenção o fato de cerca de 8,5 milhões de jovens negros e negras não estarem estudando nem trabalhando no Brasil¹. Desse total, 5,4 milhões são mulheres jovens negras e 3,1 milhões, homens jovens negros. Em termos comparativos, que permitem afirmar a existência de um indicador nítido de desigualdade racial entre a população brasileira, na juventude branca são

menos da metade na mesma situação, somando 4,2 milhões, sendo as mulheres jovens brancas 2,6 milhões e os jovens brancos, 1,6 milhão.

A situação da juventude negra que não estuda nem trabalha no Brasil é um tema complexo, reflexo de uma sociedade de bases escravocrata e patriarcal, com a perpetuação, até os dias de hoje, do racismo e do machismo como estru-

turantes em nosso país. Entre as jovens negras, a maioria destaca que as tarefas com cuidados são os maiores entraves para modificar essa situação. O termo “cuidados” aqui está sendo utilizado conforme proposta de marco conceitual da Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e pela Secretaria Nacional de Autonomia

Econômica e Políticas de Cuidados do Ministério das Mulheres². Ou seja, significa um “trabalho cotidiano de produção de bens e serviços necessários à sustentação e reprodução da vida humana, das sociedades e da economia e à garantia de bem-estar de todas as pessoas. Pode ser realizado de forma remunerada ou não remunerada, de maneira direta (com interação face-a-face) ou indireta (sem essa interação). Trata-se de um trabalho que envolve recorrência e possibilidade de compartilhamento.”

Assim, para a maior parte das jovens negras o tempo gasto com as tarefas de trabalho de cuidados não remunerado significa uma imposição de barreiras para o exercício dos seus direitos em outros âmbitos da vida, como os estudos e a formação profissional, bem como a menor inserção nos espaços públicos, tais como movimentos sociais e periféricos além de espaços de atuação política em geral. Ou seja, esse arranjo social no

qual as jovens mulheres negras são as principais responsáveis pelas tarefas de cuidados as afasta de atividades relacionadas aos estudos e ao mercado de trabalho, comprometendo sua construção da autonomia pessoal e econômica, o que contribui significativamente para a continuidade de um ciclo de pobreza e de desigualdades sociais.

Entre os jovens homens negros, o maior desafio se relaciona com o direito primário à vida. De acordo com dados da Mapa da Violência, no Brasil, a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado. A taxa de mortalidade de jovens negros no Brasil é 2,88 vezes maior do que a de jovens brancos, segundo o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA), divulgado em 2019. Muitas dessas mortes violentas decorrem de um sistema institucionalizado de justiça e segurança pública que perpetua a violência policial e criminaliza a juventude periférica em geral. Destarte, a juventude negra, ao ser coti-

dianamente submetida a um contexto de violência racial, independentemente de suas possibilidades de escolha, além de expressar a face mais brutal do racismo estrutural existente no Brasil, contribui para produzir ainda mais desigualdades sociais. Dessa forma, são agravados os desafios em busca de oportunidades educacionais e de emprego, o que explica, em grande parte, os cerca de 1,5 milhão a mais de jovens homens negros que não estão estudando nem trabalhando.

O Governo Federal tem demonstrado compromisso em atuar na redução das desigualdades existentes em nosso país, notadamente, de gênero e raça. Iniciativas como a retomada do Plano Juventude Negra Viva e a consulta pública para a construção de um Plano Nacional de Políticas de Cuidados, entre outras ações, demonstram, de forma concreta, esse compromisso, e são fundamentais para as juventudes negras periféricas. Reforça-se aqui a

necessidade de incentivo à participação e monitoramento popular para que as políticas públicas possam superar desafios de formulação, implementação e execução que possam comprometer sua eficácia.

As iniciativas que podem contribuir para as reduções das desigualdades sociais e raciais passam pelo fortalecimento de políticas afirmativas que promovam a inclusão da juventude negra na

educação e no mercado de trabalho, pela criação de oportunidades de emprego e capacitação, bem como pelo combate ao machismo e à discriminação racial em todas as suas formas.

A alarmante situação da juventude negra que não estuda nem trabalha no Brasil é um reflexo de desafios profundos que requerem uma abordagem sistêmica e a colaboração de diferentes

setores da sociedade para que haja uma mudança real e duradoura na vida desses jovens. Só será possível construir um país que de fato combata suas desigualdades se, como parte dessa construção, estiver pactuado o entendimento coletivo da necessidade de políticas públicas para garantir a vida, com autonomia pessoal e econômica, da juventude negra. ■



FOTO: MARCELLO CASAL JR/ AG BRASIL

1. Dados do IBGE, relativos à última amostra, do ano de 2022, disponíveis no site da instituição: www.ibge.gov.br

2. A proposta de Marco Conceitual na íntegra pode ser acessada aqui: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/marco-conceitual-da-politica-nacional-de-cuidados-do-brasil>

História do movimento Hip Hop: cinquentenário de lutas e desafios

EDUARDO TAMBORERO

EDUARDO TAMBORERO É MILITANTE PRETO E PARTICIPA DO GRUPO DE RAP PRECONCEITO ZERO



FOTO: DIVULGAÇÃO

O hip-hop emergiu em 11 de agosto 1973, nos subúrbios negros e latinos de Nova Iorque. O 11 de agosto é uma data marcante para o Hip-Hop mundial: foi nesse dia que o DJ Kool Herc organizou a festa “back to school jam”. Isso lá em 1973, e dessa forma deu início ao movimento que tanto amamos e salva vidas.

Portanto, o jovem senhor Hip-Hop completa 50 anos de idade em 2023 e 40 anos no Brasil. No mesmo ano, em 12 de novembro 1973, o ativista e DJ Afrika Bambaataa lançou para o mundo a entidade Zulu Nation, que, por sua vez, organizou os cinco elementos da cultura Hip Hop, formados por: DJ's,

MC's, breaking, graffiti e o conhecimento.

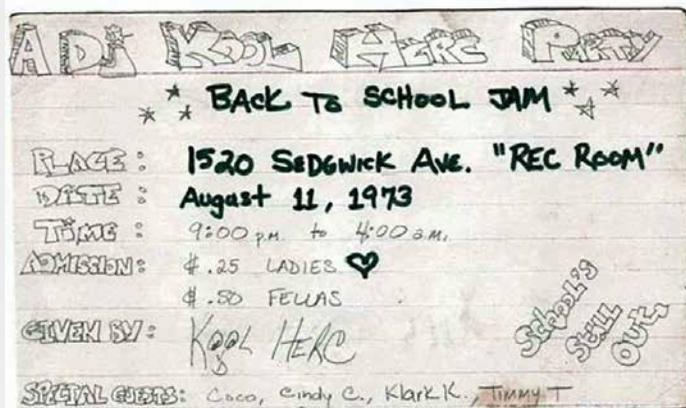
Estes subúrbios, verdadeiros guetos, enfrentavam diversos problemas de ordem social, como pobreza, violência, racismo, tráfico de drogas, carência de infraestrutura e de educação, entre outros. Os jovens encontravam, na rua, o único espaço de lazer, e geralmente

entravam num sistema de gangues, as quais se confrontavam de maneira violenta na luta pelo domínio territorial. As gangues funcionavam como um sistema opressor dentro das próprias periferias - quem fazia parte de algumas das gangues, ou quem estava de fora, sempre conhecia os territórios e as regras

impostas por elas, devendo segui-las rigidamente.

Esses bairros eram essencialmente habitados por imigrantes do Caribe, vindos principalmente da Jamaica. Por lá, existiam festas de rua com equipamentos sonoros ou carros de som muito possantes chamados de Sound System (carros equipados com sistemas de som, parecidos com os trios elétricos). Os Sound Systems foram levados para o Bronx, um dos bairros de Nova Iorque de maioria negra, pelo DJ Kool Herc, que com doze anos migrou para os Estados Unidos com sua família. Foi Herc quem introduziu o Toaster (modo de cantar com levadas bem fraseadas e rimas bem feitas, muitas vezes bem politizadas e outras banais e sexuais, cantadas em cima de reggae instrumental), que daria origem ao rap.

Neste contexto, nasciam diferentes manifestações artísticas de rua, formas próprias, dos jovens ligados àquele movimento, de se fazer música, dança, poesia e pintura. Os DJs



FOLDER DA FESTA DE ANIVERSÁRIO DA IRMÃ DO JAMAICANO CLIVE CAMPBELL, QUE FICOU MAIS CONHECIDO COMO DJ KOOL HERC, OU O PAI DO HIP-HOP.

Afrika Bambaataa, Kool Herc e Grand Master Flash, Grand Wizard Theodore, Grand Mixer DST (hoje DXT), Hollywood e Pete Jones, entre outros, observaram e participaram destas expressões de rua e começaram a organizar festas nas quais estas manifestações tinham espaço - assim nasceram as Black Parties.

As gangues foram encontrando, naquelas novas formas de arte, uma maneira de canalizar a violência em que viviam submersas, e passaram a frequentar as festas e dançar breaking, competir com passos de dança e não mais com armas. Essa foi a proposta de Afrika Bambaataa, considerado, hoje, o padrinho da cultura hip-hop, o idealizador da jun-

ção dos elementos, criador do termo hip-hop e por anos tido como "master of records" (mestre dos discos), por sua vasta coleção de discos de vinil.

O DJ Hollywood foi de grande importância para o movimento. Apesar de tocar ritmos mais pop, como a disco, foi o primeiro a introduzir, em suas festas, MCs que animavam com rimas e frases que deram início ao rap. Os MCs passaram a fazer discursos rimados sobre a comunidade, a festa e outros aspectos da vida cotidiana. Taki 183, o grande mestre do Pixa, fez uma revolução em Nova Iorque ao lançar suas "Tags" (assinaturas) por toda cidade, sendo noticiado até no The New York Times à época. Depois

dele, vieram Blade, Zephyr, Seen, Dondi, Futura 2000, Lady Pink, Phase 2, Cope2 entre outros.

Em 12 de novembro de 1973, foi criada a primeira organização que incluía em seus interesses a cultura Hip Hop. Sua sede estava situada no bairro do Bronx e tinha como objetivo acabar com os vários problemas dos jovens dos subúrbios, especialmente a violência. Começaram a organizar "batalhas" não violentas entre ganguês com um objetivo pacificador. As batalhas consistiam em competições artísticas.

Como surgiram os elementos do Hip Hop

Desde quando surgiu, primeiramente no South Bronx, a cultura hip hop se espalhou por todo o mundo e em cada país tem suas características. No Brasil, o Hip Hop tem protesto, identidade social, luta racial e compromisso com o povo das comunidades. No momento em que o hip hop surgiu, a base se concentrava nos disc jockeys, que criavam batidas rítmicas

chamadas "loop" (pequenos trechos de música em repetições contínuas) em dois turntables, que atualmente é referido como sampling. Posteriormente, foi acompanhada pelo rap (abreviatura de rhythm and poetry ou ritmo e poesia em inglês) com uma técnica vocal diferente para acompanhar os loops dos DJs. Junto com isso, surgiram formas diferentes de danças improvisadas, como breaking, popping e o locking.

A relação entre o grafite e a cultura rap music surgiu quando novas formas de pintura foram sendo realizadas em áreas onde a prática dos outros três pilares do hip hop eram frequentes, com uma forte sobreposição entre escritores de grafite e quem praticava os outros elementos

Quais são os elementos da cultura Hip Hop:

O "MC" (Mestre de Cerimônias) é aquele que desenvolve as habilidades de rima e utilização das palavras, com poética e carisma para animar o público em apresentações, interpretando o gênero

musical "RAP" ("Rhythm And Poetry"), discurso rítmico com rimas e poesias.

O "DJ" ("Disc Jockey") cria e reproduz a música no contexto das manifestações da cultura.

O grafitti, como manifestação artística de expressão visual, é fortemente associado ao contexto comunitário urbano, por meio de pinturas com tintas com spray e outras para criar imagens ou letreiros murais ou em vestuário, veículos ou outros meios.

O *breaking*, como forma peculiar de dançar o "rap", especialmente como dança de rua, caracteriza-se por coreografias com acrobacias, rotações de corpo e outros movimentos.

O conhecimento, como forma de empoderamento das comunidades, pela criação de informação, busca relatar fatos ocorridos no cotidiano para ciência de outros, a fim de que sejam questionados, visando à inserção na sociedade excludente e sua consequente transformação.

O Hip Hop salva vidas! ■

Quando novas personagens entram em cena

DANDARA TONANTZIN, DEPUTADA FEDERAL (PT-MG)



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Dandara Tonantzin tem 29 anos e é a mais jovem negra deputada federal. Formada em pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e mestra em educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi cotista tanto na graduação quanto na pós. Sua trajetória como ativista social sempre foi ligada à luta em defesa das mulheres, da negritude, do povo que vive nas periferias e da comunidade LGBTQIA+.

Dandara iniciou a sua militância na luta contra o aumento das passagens e participou ativamente do movimento estudantil. É ex-vereadora de Uberlândia, a mais votada da cidade nas eleições de 2018. Foi eleita deputada federal com 86.034 votos e é a quarta mais bem votada do Estado de Minas Gerais.

Vice-líder da Bancada do PT na Câmara, seu primeiro projeto de lei prevê a criação de um

protocolo para proteger as mulheres em casos de violência sexual em locais de entretenimento, inspirado no protocolo existente em Barcelona (ES). Foi relatora da Revisão da Lei de Cotas e Coordena a Frente Parlamentar Mista Antirracismo na Câmara dos Deputados

Ela também é autora de um projeto que pretende criar um valor adicional de 50% da bolsa estudantil para estudantes mães

so e de um projeto para criminalizar a misoginia, como hoje já acontece com o racismo, a homofobia e a transfobia.

Conte um pouco da sua história, trajetória e o que a levou a tornar-se militante anti-racista e feminista.

Cresci participando dos movimentos sociais, mas me engajei mesmo no movimento estudantil porque percebi que a política podia dialogar

com as coisas que eu queria, que a minha vida precisava, que os meus amigos acreditavam. Porque durante muito tempo eu achei que a política era algo muito distante, que não estava conectada com o dia a dia das pessoas. Foi a luta contra o aumento da passagem, para termos um intervalo, um recreio cultural, pelo direito de organizar o grêmio estudantil que fez realmente que eu começasse a me engajar. Quando eu entrei na universidade, já fui para o Diretório Acadêmico da Pedagogia, para o DCE, depois para a União Estadual dos Estudantes e cada vez mais me percebendo uma mulher negra, me entendendo feminista e aliando as lutas do movimento estudantil a tantas outras, dos movimentos sociais organizados. Então, se tinha despejo a gente estava lá para defender a luta por moradia, ajudando o movimento Sem Terra, a produção de orgânicos, a distribuição de alimentos. Foi a luta popular que realmente me formou politicamente.



DANDARA EM VISITA À REGIÃO DO ALTO PARANAÍBA, EM MINAS GERAIS FOTO: ARQUIVO PESSOAL/FACEBOOK

Hoje, no Brasil, a criação de oportunidades para a juventude é uma das principais prioridades. Como você vê essa pauta no atual governo?

Até pouco tempo atrás eu dizia que era uma juventude nem-nem, que nem trabalhava, nem estudava. Mas, com os últimos seis anos de desmonte de políticas públicas para a juventude, nós, militantes, jovens e pesquisadores que estudamos as condições de vida da juventude, conseguimos concluir que, na verdade, é uma geração

sem-sem. Sem direito ao trabalho, sem direito ao estudo, sem escola perto de casa, sem direitos trabalhistas garantidos, completamente precarizada. E eu percebo que nesse movimento do governo Lula de reconstruir o Brasil, a juventude tem sido uma prioridade. Nós precisamos ainda avançar em direitos fundamentais até no Congresso Nacional. Mas a retomada do Sistema Nacional de Juventude, estimulando que a gente tenha um Conselho de Juventude ou de órgão de juventude

de nas esferas estaduais e municipais é fundamental para construir políticas públicas para a juventude. O que nós estamos fazendo hoje é a luta contra a misoginia, liderada pela ministra em uma grande campanha nacional. Ela atinge diretamente as mulheres jovens que estão também imersas em redes de ódio, em relações muito abusivas. O que a gente está fazendo é a caravana Juventude Negra Viva, que foi a caravana com a maior participação da história, elaborando novamente um plano nacional de enfrentamento ao genocídio e às mortes da juventude negra. E o fato de realizarmos neste ano uma Conferência Nacional de Juventude, depois de 8 anos, tudo

isso é fundamental para a construção de políticas públicas para a juventude.

Como foi ser relatora da revisão da Lei de Cotas? Pode explicar o que mudou e porque precisava mudar?

A lei 12.711, que cria a Lei de Cotas, prevê que depois de dez anos se faça uma avaliação. Então, setores conservadores aproveitaram que completava dez anos em 2022 para dizer que as cotas acabariam. Nós nos organizamos na sociedade civil, eu ainda não era deputada, para não deixar os conservadores de extrema direita pegarem a relatoria do projeto. Então, o deputado Bira do Pindaré (PSB-MA) cumpriu um papel muito

importante, inclusive para não deixar piorar o projeto de lei. Neste ano, assim que eu fui eleita e tomamos posse, o movimento negro brasileiro nos chamou à responsabilidade de assumir essa relatoria, porque eu sou uma deputada negra do movimento negro. Foi muito duro fazer os debates avançarem, mas conseguimos porque criamos uma pressão e uma legitimidade de fora para dentro. Os primeiros quatro meses do meu mandato foram dedicados a construir o melhor texto possível para chegar ao Congresso em um outro patamar de negociação. Estive em 15 universidades federais, 12 institutos, nos reunimos na Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), com o Fórum de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis, de Extensão, estive na UNE, me encontrei com secundaristas e com o conjunto das diversidades dos movimentos brasileiros: Coalizão Negra, Convergência Negra, Frente Favela Brasil. Até



DEPUTADA PARTICIPA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PELO DIA NACIONAL DO CONGADO E DO REINADO.
FOTO: ARQUIVO PESSOAL/FACEBOOK

conseguirmos chegar a dez pontos fundamentais para corrigir algumas distorções da Lei de Cotas. E, ao apresentar esses dez pontos em uma grande audiência pública, percebi que a Lei de Cotas ganhou muita legitimidade, porque tem um legado importante. Passamos dez anos disputando os rumos da universidade, entrando e permanecendo. Isso não é pouca coisa. Então eu fiquei muito feliz de ver a força e que a gente conseguiu logo que apresentou esse texto.

Também foram muito intensas as rodadas de diálogo e negociação com os deputados. Falei com todos os líderes de bancadas, de blocos da Câmara, porque eu queria muito que a gente conseguisse sair do discurso senso comum. Não dava para debater as cotas sobre aquele plano de dez anos atrás. Tivemos de debater as cotas a partir dos resultados das cotas e dos cotistas. Chegamos à negociação com dez pontos achando sairíamos com cinco ou seis, mas saímos com nove. O único ponto

que caiu nas negociações foi as bancas de aferição estarem dentro da lei, o que, em nosso entendimento, não prejudica, já que as universidades têm autonomia para continuar implementando algo que elas já fazem, as bancas de heteroidentificação.

Conseguimos avançar em nove pontos. Colocamos que, primeiro, todo candidato concorrerá pela nota da ampla concorrência. Se ele não atingir a nota de corte da ampla concorrência, passa a concorrer na vaga da cota. O MEC nos mostrou que se estivesse valendo esse critério no Enem passado isso significaria 9 mil pessoas cotistas a mais entrando na universidades. Segundo, garantimos a prioridade dos cotistas receberem Bolsa Permanência e fizemos uma revisão de renda, trazendo a cota de renda para um salário mínimo. Também tornamos obrigatória a cota quilombola. E a obrigatoriedade de ações afirmativas no âmbito da pós-graduação, o que é fundamental para enegrecer também o mestrado e o doutorado. E instituí-



DEPUTADA PARTICIPOU DA COMISSÃO QUE FOI AOS EUA PARAFIRMAR PARCERIA POR EMPREGO DIGNO E SINDICATO FORTE. FOTO: ARQUIVO PESSOAL/FACEBOOK

mos que a vaga remanescente, ociosa, será destinada a suprir cotas de pessoas com deficiência, pessoas pretas, indígenas, quilombolas. Ela retorna a essas sub-cotas para justamente fortalecer a proporção de cotistas nas universidades.

Você imagina outras ações afirmativas nas universidades que sejam eficazes no combate ao racismo?

Nós precisamos investir no tripé universitário, que é o ensino, a pesquisa e a extensão. Mas eu

ouso dizer no quadripé universitário, porque sem alinhar tudo isso à assistência estudantil essa mesa não se sustenta. Precisamos garantir bolsas para que o estudante viva a universidade em sua integralidade, uma experiência de fato completa. Que possa pesquisar, fazer extensão, ir para a base, que desde a graduação possa romper com aquela dimensão de objeto de pesquisa e passe a ser sujeito de pesquisa, participar de grupos de estudo. E também disputar a validação de saber, de conhecimento no interior da academia, já que ainda vivemos hoje um epistemicídio, matam as nossas referências, as nossas produções epistemológicas. E precisamos ainda garantir condições de entrada e de permanência. Então, a bolsa alimentação, bolsa estudantil, bolsa moradia, transporte, o auxílio creche não é pouca coisa. Por isso também lutamos tanto para que o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) pudesse se tornar lei. Foi aprovado com a relatoria

da deputada Alice Portugal na Câmara e passa agora para o Senado. Nós queremos avançar, inclusive, na destinação de Orçamento da União para a assistência permanente estudantil.

Quais são os principais desafios dos governos para implantar um projeto de educação anti-racista?

A lei 10.639 (que determina o ensino de história afro-brasileira nas escolas), foi uma grande vitória do movimento negro brasileiro, mas, infelizmente, depois de 20 anos, pesquisas mostram que mais de 30% dos municípios ainda não a cumprem, o que nos preocupa muito. Vários pesquisadores também mostram que há uma carência no processo de formação inicial dos professores. Nos cursos de licenciatura, disciplinas sobre História da África, História Afro-Brasileira, ainda não são obrigatórias nem têm a carga horária mínima devida. E quando os cursos são avaliados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Anísio Teixeira (Inep), pelo Ministério da Educação (MEC), esses pontos da obrigatoriedade de disciplinas previstas na lei não são contados para avaliação. Então, nós estamos dialogando com o MEC para que seja um dos quesitos de avaliação disciplinas ao longo dos cursos de licenciatura, com uma carga horária razoável para se estabelecer realmente uma relação de ensino aprendido. E em todos os demais cursos haja pelo menos uma matéria que trate das questões raciais. Temos o exemplo da medicina. Nós temos a medicina africana, medicina negra, que há muitos anos já contribui com a produção da saúde, do bem-viver, do bem-estar, do cuidado, e em diversos cursos ela ainda é ignorada.

Penso que primeiro precisamos avançar ainda na formação inicial dos profissionais. E, segundo, a formação continuada, porque hoje 80% dos professores que entram na sala de aula estão lá há mais de 20 anos. Isso significa dizer que mui-

tos ainda aplicam aquele plano de aula de 20 anos atrás. Outro ponto que eu acho fundamental é cobrar do MEC que invista nos recursos didático-pedagógicos, desde livros didáticos até outros recursos utilizados na sala. Porque se você pegar um livro de história, um livro de geografia que vai retratar os negros apenas na condição de escravizados, aquela foto clássica da menina Anastácia, aquela foto clássica do negro no tronco levando chibata-das, isso só perpetuará uma dimensão racista e negacionista. Inclusive por não dizer qual foi a contribuição dos negros e negras para a construção do Brasil, qual é a construção do nosso povo para o desenvolvimento nacional. Então, investir no seu processo pedagógico é também outro elemento fundamental para a gente aplicar a Lei 10.639 e avançar numa educação anti-racista.

Muitas vezes nas periferias as operações policiais afastam crianças e adolescentes da

escola, levando a perdas de dias letivos. Como você o impacto da política de segurança pública sobre a educação?

Olha, é de estarrecer. A gente vê os noticiários e percebe que há alunos que, dos 200 e poucos dias letivos, em 100 dias não tiveram aula devido a tiroteios, a ações policiais naquela região, a guerras entre facções criminosas. Eu acho que a gente deveria estabelecer zonas realmente de

“O debate da Segurança Pública é civilizatório”

paz, porque não dá para trocar tiros na porta da escola, ao lado da escola. Não dá para um helicóptero passar atirando por cima das escolas. Quantas crianças ao longo deste ano perderam suas vidas com o uniforme da escola, a caminho da escola ou dentro da escola? Estudar precisa ser um direito básico garantido a toda criança e todo jovem adolescente, porque significa perspectiva de futuro.



DANDARA E O PRESIDENTE LULA.
FOTO: ARQUIVO PESSOAL/FACEBOOK

Nós precisamos avançar no Plano Nacional de Redução de Homicídios, que o Brasil tá matando mais do que países em guerra. Nós precisamos lançar um debate de segurança pública, porque é muito ruim a gente ter três meias polícias. Nós precisamos unificar as polícias e avançar para desmilitarização das polícias. E criar ainda um fundo de reparações, porque é muito ruim famílias que são vítimas da violência do Estado não receberem nenhum tipo de reparação, com tantas vidas ceifadas, com tanto barraco invadido, depredado, desmontado. O debate da segurança pública é um debate civilizatório que precisa realmente estar na ordem do dia. ■

As cotas reservam um futuro melhor para todo o Brasil

ISAÍAS DALLE



FOTO: VINÍCIUS LOURES/CÂMARA DOS DEPUTADOS

O presidente Lula costuma dizer que incluir os pobres no orçamento é solução para o país. A secretária de Políticas de Ações Afirmativas e Combate e Superação do Racismo, do Ministério da Igualdade Racial (MIR), Márcia Lima, acrescenta que as leis de cotas sociais e raciais no acesso ao ensino superior e para cargos no serviço público vão garantir um futuro melhor para todo o Brasil, não apenas para a população negra e de baixa renda.

"O bom conhecimento vem das diferentes perspectivas e experiências. Então acho que as ações afirmativas não são um ganho para os estudantes negros ou pobres cotistas, e sim um ganho para a sociedade brasileira. E

eu espero que no futuro próximo a gente tenha pessoas jovens, formadas, com essa preocupação, formadas pela diversidade e que possam dar valor ao quanto a equidade racial pode colocar o Brasil em outro lugar",

diz Márcia, doutora em Sociologia e professora licenciada da USP, universidade em que liderou o processo de criação e consolidação das cotas, antes de aceitar o convite para compor a equipe da ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco.

Márcia insiste que há uma distorção, no debate público, sobre a política de cotas. "Eu quero dizer que são cotas sociais, e não cotas raciais. O princípio da lei é a reserva de vagas para estudantes de escola pública. Depois vem a reserva de cotas por critério de renda e, por fim, uma subcota racial. Mas você fala isso, a oposição não tem essa escuta e está sempre batendo na tecla de que o branco pobre é excluído da lei, o que não é verdade".

Acompanhe a entrevista, em que Márcia Lima fala também das próximas ações e metas do MIR:

Qual é a principal ação do ministério, aquela

que mais avançou nestes meses de 2023, primeiro ano do terceiro mandato do presidente Lula?

O que a gente mais avançou aqui é justamente na institucionalização do ministério. Neste momento, ainda de muita construção de agenda, fizemos entregas muito importantes no primeiro pacote da igualdade racial, lançado em 21 de março, e boas entregas nos 100 dias de governo. Decretos importantes: relançamos a programa Aquilomba Brasil. Estamos reconstruindo o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Eu não destacaria neste momento uma única política, mas, sim o quanto que esse conjunto de políticas tem representado para a importância e a ação do ministério. Lembrando que é um ministério novo, vindo de um período muito difícil. É construir um novo ministério, mas também retomar a importância e as ações da pauta de igualdade racial dentro do governo federal. Então, acho que estamos conseguindo demonstrar para

a sociedade e, dentro deste governo que tem 37 ministérios, a importância do Ministério da Igualdade Racial.

Eu me lembro que em 2003 a mídia não tinha reservas ao criticar a criação da Secretaria Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial, por considerar inchaço da máquina, algo desnecessário. Eu imagino que depois de tudo que vivemos, essa abordagem diminuiu, pelo menos na mídia tradicional.

Eu concordo com você. São 20 anos de diferença em que o debate público sobre a questão racial se expandiu muito no Brasil, principalmente pelas políticas de ações afirmativas, pela lei de cotas na universidade e no serviço público. A gente teve o episódio George Floyd, com impacto enorme. A própria pandemia também recolocou muito a questão das desigualdades raciais. Realmente hoje não se tem o mesmo estranhamento.

Mas, por outro lado, vivemos um momento de

muito retrocesso político. Uma direita que é muito fortalecida, inclusive dentro do Congresso. As dificuldades são de outra ordem. A imprensa tradicional, o mercado editorial, passaram por uma transformação em termos de publicar sobre questão racial, publicar autores negros. Muita coisa positiva aconteceu. Mas hoje os desafios vêm dessa direita, dessa rede social, muito raivosa.

O ministério identifica qual ataque nas redes é mais frequente?

Ataques muito personalizados, contra pessoas públicas e contra pessoas no comando do ministério. Mas a gente vê também que a agenda da ação afirmativa, das cotas, é muito criticada. Eles criticam e batem num ponto que não faz muito sentido. Eu quero dizer que são cotas sociais, e não cotas raciais. O princípio da lei é a reserva de vagas para estudantes de escola pública. Depois vem a reserva de cotas por critério de renda e, por fim, uma subcota racial. Mas você fala isso, eles não têm essa escuta

e estão sempre batendo na tecla de que o branco pobre é excluído da lei, o que não é verdade. Enfrentamos uma tática que é justamente essa inversão, essa distorção.

Eu sempre costumo dizer que no Brasil tem dois grandes desafios para enfrentamento da desigualdade, que é a educação e a terra. Dois grandes patrimônios da elite brasileira. As ações afirmativas e, ao mesmo tempo, a questão quilombola, em que o grande desafio do projeto é sempre chegar na titulação de terras. A morte de mãe Bernadete, de outras pessoas quilombolas, a violência, têm a ver com a posse da terra. Eu acho que a terra é um capital muito forte, central e que mexe realmente na estrutura de poder, assim como a educação.

Quantas áreas quilombolas estão pendentes de titulação, e qual é a meta do ministério?

Olha, ainda é uma coisa que tem que ser retomada, fazer esse levantamento. Há uma secretaria no

ministério voltada especificamente para cuidar de quilombos e povos tradicionais de terreiros. A titulação em larga escala é uma política de muito recurso, de bilhões. A gente precisa avançar do reconhecimento da posse da terra para a titulação. Mas é um processo muito demorado, inclusive juridicamente. O que o ministério tem feito bastante é promover projetos que melhorem a estrutura desses territórios, e dessa forma a permanência das pessoas nos territórios.

E o tema dos territórios negros, para mim, está para além do território, no sentido que a gente normalmente utiliza o termo para falar das áreas rurais. Tem a questão de territórios nas áreas

urbanas, que são as periferias. Territórios negros e que sofrem os mesmos problemas. A gente viu isso muito na pandemia: como o acesso a recursos desses territórios era diferenciado para espaços mais negros ou menos negros. Eu estudei muito a desigualdade na Covid-19 e isso era uma coisa que chamava muito a atenção. Há um grande desafio, que é titular, mas também tem o desafio de dar condições de vida para as pessoas nesses territórios.

Creio que essa tarefa de aperfeiçoar as condições de vida nos territórios exija o trabalho conjunto com outras pastas do governo. O ministério é muito envolvido com ações transversais, que precisam de parceria. Os



FOTO: VALTER CAMPANATO/EBC

demais ministérios têm sido parceiros de fato?

Sim. Eu acho que nesse ponto a ministra Anielle Franco tem um papel fundamental pela figura que ela representa, pela história que ela tem e a maneira como ela chega a esse ministério. Acho que ela traz a importância de construir essa comunicação. A gente, obviamente, a depender da pauta, tem mais proximidade com um ou outro ministério. Mas a gente tem diálogos sempre muito profundos. Por exemplo, em relação às cotas na universidade, nós trabalhamos muito com a deputada Dandara (PT-MG), que era a relatora do projeto, mas também com o Ministério da Educação, Ministério de Povos Indígenas, Direitos Humanos. Nós todos participamos da discussão desse processo de revisão da Lei de Cotas no ensino superior. Nós estamos trabalhando muito também com o Ministério da Gestão e Inovação, na questão da lei de cotas no serviço público. Vamos lançar alguns programas ou pla-

nos que também envolvem muitos ministérios. O programa Juventude Negra Viva tem 15 ministérios. O Plano Nacional de Ações Afirmativas, que está na minha pasta, também envolve muitos ministérios. Nesses últimos seis meses houve um trabalho intenso com dois grupos interministeriais. É uma coisa que eu achei muito positiva do governo foi que na época de preparação do Plano Plurianual (PPA), nosso ministério e os ministérios das Mulheres e Povos Indígenas participaram das oficinas de todos os outros ministérios, para ver como poderíamos levar nossas pautas para dentro dos demais, garantindo inclusive que eles vislumbrassem recursos financeiros para esses três grupos. Temos de liderar a construção dessa pauta transversal e conseguido engajamento dos ministérios nesse processo.

Nos primeiros mandatos de Lula e Dilma, na área ambiental, existiam metas, como a de redução do desmatamento, e os ministérios envolvidos

faziam reuniões periódicas de avaliação, em que cada um prestava contas do que havia sido feito para atingir aquela meta. Imagino que para vocês isso também seja importante, embora a medição de metas seja diferente.

Sim. Como todos os outros ministérios tiveram de fazer no PPA, colocar no papel e apresentar quais são as metas, a gente também. Há diferentes formas de medir esses indicadores. Neste primeiro ano, o que a gente está fazendo é estabelecer esses indicadores. Por exemplo: letalidade da juventude negra, empregabilidade, políticas de ações afirmativas. No decreto que vai ser publicado, da lei de cotas no ensino superior, foi estipulado um grupo de acompanhamento dessas políticas, algo que não foi feito antes. Quando a lei foi aprovada, em 2012, as universidades tinham um prazo para começar a implementar, só que aí vieram governos que não fizeram esse processo. O Inep tem condições e vai nos dar meios de fazer



FOTO: FÁBIO RODRIGUES/EBC

esse acompanhamento. Nós estamos também construindo indicadores especificamente para acompanhar o Juventude Negra Viva, porque o projeto não é só sobre a letalidade. Para enfrentar a letalidade desse grupo, a gente tem que olhar para educação, para outros elementos, como o acesso ao emprego, que é um dos grandes problemas da juventude negra no Brasil. Aí cada ministério envolvido tem uma meta pré-estabelecida.

Você pode falar em alguma meta, por exemplo, da letalidade da população negra? Um índice que seja objetivo para quatro anos?

O plano que a gente vai lançar é para 12 anos. Não adianta você achar

que vai resolver determinados problemas históricos e estruturais no curto ou médio espaço de tempo. Mas a gente tem metas. Por exemplo, o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial tem como meta a adesão de estados e municípios. No programa de ações afirmativas, a gente está estabelecendo parcerias com outros ministérios para concessão de bolsas. As metas para as ações afirmativas, neste momento, uma delas a gente já cumpriu, que era a revisão da lei de cotas. E ano que vem nós temos a renovação da lei de cotas no serviço público. Renovar a lei é uma meta. O que não dá para você estabelecer, neste caso das cotas no serviço público, é quantas

pessoas vão entrar, porque não sabemos quantos concursos serão abertos. O que temos hoje são cotas de 20% das vagas, e a gente quer passar para 30%. A gente aprovou no dia 21 de março um decreto presidencial que estabelece que 30% dos cargos e funções comissionados fossem preenchidos por pessoas negras. Não é uma reserva de vagas. Neste caso, até dezembro de 2025, a gente tem que ter esses 30%.

E sobre as cotas no ensino superior, a gente consegue falar também em metas numéricas?

A meta é 50% de reserva de vagas para egressos da escola pública. Dentro desses 50%, metade para estudantes de famílias de até um salário mínimo per capita, e a gente incluiu também agora os quilombolas como beneficiários das políticas. É difícil falar de uma meta de número de estudantes. Para poder estabelecer uma meta, eu teria que ter dizer quantos estudantes negros vão terminar o Enem e vão se candidatar. Na pandemia, houve

uma redução de 50% de estudantes pretos e pardos entre os inscritos para o Enem. A gente tem de fazer com que os estudantes continuem demandando e estando aptos a cursar o ensino superior.

A direita pode esvaziar políticas públicas sem extingui-las de forma explícita, como neste caso do Enem.

No programa de permanência estudantil, as bolsas foram reduzidas, o valor da bolsa não era atualizado. A pandemia criou muitos problemas para que os alunos negros e pobres continuassem nas universidades. Os seus provedores principais morrendo...Eu vi essa experiência na Universidade de São Paulo, de alunos que tinham pai e mãe cuidando, trabalhando para que eles pudessem cursar a universidade, e eles perderam esses provedores. Não tinham mais como se manter na universidade. Há muitas formas de esvaziar as políticas. Não ter concurso, por exemplo. Muitas universidades ficaram sem recurso nenhum. Tirar o dinheiro da

permanência estudantil, tirar o recurso da universidade, reduzir o número de bolsas de graduação e de pós-graduação é uma forma muito eficaz de comprometer a política.

Para a juventude negra que sonha em ingressar no serviço público, qual expectativa você sugeriria que tivesse?

O Ministério da Gestão e Inovação, da ministra Esther Dweck, tem sido um grande parceiro nosso, principalmente na construção dessa renovação da lei de cotas para concurso público. Como também está sendo parceiro na regulamentação do decreto de 30% de vagas nos cargos e funções comissionados. Nesse sentido, a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), também. Há diversos cursos para lideranças, como o Lidera Gov, um curso que existe há muito tempo, e que teve agora uma edição só para servidores negros, para que pudessem se capacitar para funções comissionadas e cargos de liderança. A carreira no serviço público para

trabalhadores públicos negros é mais lenta, tem mais obstáculos do que para os demais. Eu estou esperançosa que a gente vai, nessa nova versão, na renovação da lei 12.990, conseguir trazer bons quadros, inclusive porque temos ações afirmativas que aumentaram o ingresso de pessoas negras no ensino superior. Eu acho que o ministro Camilo Santana tem se empenhado muito nessas questões de permanência. Uma das primeiras coisas que o Ministério da Educação anunciou foi aumento do número e do valor das bolsas. Embora a gente sempre fale que o valor da bolsa é muito baixo, a depender da região onde se implementa essa bolsa, ela pode ser baixa, mas faz muita diferença.

A gente construiu agora também um apoio para bolsas de iniciação científica para jovens negros. Então o aluno tem bolsa permanência, mas ele também precisa ter acesso a iniciação científica, à monitoria, porque é isso que melhora a formação dele dentro da universidade.



FOTO: ONU NEWS

É importante as instituições também terem suas iniciativas nesses aspectos. E para isso a gente vai lançar no dia 20 de novembro o Programa Nacional de Ações Afirmativas, cuja ideia é justamente dar segurança jurídica, dar condições de que as universidades públicas e privadas, o mercado de trabalho público e privado, todo mundo possa se ancorar neste programa desenhado pelo governo federal e implementar essas políticas. Os casos de judicialização das ações afirmativas, embora com todo o reconhecimento no Supremo Tribunal Federal, são muito recorrentes, principalmente para o concurso público. O objetivo do programa

é fornecer diretrizes para órgãos públicos, autarquias federais. E também há o setor privado, que também nos procura muito, pedindo orientações para implementar ações afirmativas.

São muito diferentes a missão de ser professora e essa, de ser gestora pública? O que que é mais emocionante, dá mais sentido de realização?

Eu acho que não tem muito uma resposta padrão, porque eu sempre fui uma docente, uma pesquisadora muito inquieta. Então, sempre tenho vontade de mudar temas e inventar coisas na sala de aula, inventar formas de avaliação. Eu diria que eu tenho um

conteúdo criativo muito forte dentro de mim, que às vezes é muito bom, mas que às vezes também nos traz muitos desafios. Então eu tinha essa inquietude de conhecer o que era fazer a gestão pública, formular uma política pública. Quando se ensina políticas públicas, se fala das políticas, mas também dos processos políticos, duas coisas muito conectadas. Quando você vê um projeto de lei que foi aprovado, na posição de analista você critica, fala sobre aspectos que deveriam ter entrado no projeto, nas coisas que faltaram. No lugar do gestor, você enfrenta inúmeras barreiras constitucionais, um monte de questões que simplesmente não pode fazer.

Você tem que pensar o seguinte: ‘bem, eu tenho de apresentar este projeto de lei, essa proposta para esse Congresso, pra onde eu vou?’. Esse é um dos grandes desafios, realmente ver a micropolítica, a política do cotidiano, as negociações que são necessárias para você fazer uma boa política pública. Eu me lembro que quando eu estava estudando o ProUni, cheguei a entrevistar o hoje ministro da Fazenda, que na época era ministro da Educação, Fernando Haddad. E me lembro perfeitamente de ele ter dito: ‘Bem, o que nós propusemos e o que saiu do Congresso foram coisas muito diferentes’. Então, nem tudo o que a gente tenta fazer, digamos assim, sai exatamente como a gente pensou.

Professora, você tem uma experiência de ação política dentro da universidade, e agora vivencia uma experiência dentro dessa política mais institucional. Isso é uma experiência emocionante? Tem algo que pode atrair as novas gerações?

Eu acho que você usou

a palavra certa. É emocionante. E acho que é muito importante para o jovem, pelo menos aquele que tenha formação em áreas compatíveis com a gestão pública, que eles se candidatem e ocupem esses espaços. Eu conduzi minha carreira sempre muito atrelada à pesquisa empírica, e enxergando a pesquisa e a formação intelectual, assim como formação de novas gerações, também como um projeto político. Estar aqui nessa perspectiva é muito legal e muito importante. Eu tenho aprendido muito. E eu acho que nós, cientistas sociais, a gente morre como profissional no dia que a gente em que deixa de aprender.

Eu discutia muito isso na universidade: nós estamos formando cientistas sociais para o século 21? A minha aposta, digamos assim, é em uma nova geração de gestores públicos. As ações afirmativas vão ser fundamentais para o futuro do Brasil, porque não há produção de conhecimento sem diversidade. O bom

conhecimento vem das diferentes perspectivas e experiências. Então, acho que as ações afirmativas não são um ganho para os estudantes negros ou pobres cotistas, e sim para a sociedade brasileira. E eu espero que no futuro próximo a gente tenha pessoas jovens, formadas, com essa preocupação, pela diversidade, e que possam dar valor ao quanto a equidade racial pode colocar o Brasil em outro lugar. ■

Comunidades quilombolas de Rondônia lutam pelo direito ao território

ROSE SILVA



SANTO AMARO (BA) - JOÉDSON ALVES/AGÊNCIA BRASIL

Saúde, educação, igualdade racial, direitos das mulheres e fomento econômico para o desenvolvimento local são os principais eixos de atuação da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas de Rondônia (Coeq-RO), cujo objetivo é fortalecer a luta e unificar as comunidades da região para conquistar o direito ao território.

Para isso, a organização realiza reuniões de planejamento, encontros com povos externos ao coletivo e oficinas de formação para o fortalecimento das comunidades. Como relata a coordenadora da Coeq-RO Angilene Gomes Balbino, nascida em Rolim de Moura do Guaporé,

município de Alta Floresta (RO), onde vive até hoje. Sua família desceu o Rio Guaporé e migrou para lá, partindo de um quilombo no Mato Grosso, e fundou a comunidade. Em 2015, depois de participar de uma conferência de educação como representante quilombola, Angilene começou a se

interessar pelo tema e descobriu que sua comunidade é remanescente de quilombo.

No mesmo território convivem em torno de 200 famílias indígenas e quilombolas que lutam por reconhecimento legal como comunidade multiétnica e por políticas públicas que melhorem

a qualidade de vida da população. “Em 2018 tivemos um período muito tenso. Eu comecei a buscar mais, participava dos eventos, procurava saber o que estava envolvido em ser quilombola. E dentro desse processo veio o conflito com os indígenas, e o Ministério Público começou a mediar conversa entre nós. Então a gente conseguiu montar o protocolo de consulta, um termo de convivência entre os povos para para melhorar a convivência”, relembra Angilene.

Outra questão apontada por ela é o fato de a co-

munidade ser um ponto turístico de Rondônia que tem atraído muita especulação imobiliária e interesses comerciais. “Muitas pessoas vêm em busca de montar pousada, comprar um espaço para uma casa de veraneio, e passamos a sofrer até ameaças, eu e outras lideranças. Nesse período eu passei por grande de ansiedade e tive de me afastar do trabalho de professora na comunidade”, relata.

Quando ela participou da mesa quilombola, conheceu um integrante da Comunidade Quilombola de Santo Antônio

Rondônia, que já participava da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq) e a convidou para um evento em Brasília. Assim ela se tornou referência e iniciou a história de seu coletivo. “Porque as políticas pública do governo, embora estejam disponíveis para todo cidadão brasileiro, se tu não for buscar, ela não chega, né? Então nós mesmos que vamos buscar isso tudo. A gente não tem recurso para isso, não ganha nada para isso. Mas queremos nos estruturar para buscar recursos através de projetos”, conclui. ■



TÂNIA RÉGO AG BRASIL

Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil: 2011-2020

RUAN BERNARDO E SOFIA TOLEDO

A pesquisa iniciou em 2018, no âmbito do projeto Reconexão Periferias e, teve como um de seus principais produtos um banco de dados com mapeamento de 10 anos - 2011 a 2020 - de notícias de jornal reportando casos de chacinas no Brasil.

Na legislação brasileira, não há tipificação do termo “chacina” no Código Penal, o que tornou inviável a utilização de dados públicos por parte das instituições estatais. Assim, para viabilizar o estudo, optamos por utilizar as notícias de jornais disponíveis na internet para mapear casos que foram publicizados. No contexto brasileiro, o próprio termo “chacina” passou por uma ressignificação, deixando de ser atribuído ao abate de animais para referir-se aos eventos violentos com morte de mais de três pessoas - a princípio em relação a operações de retaliação em periferias após morte de policiais. Assim,

o banco de dados elaborado na pesquisa busca caracterizar essa ocorrência, as pessoas envolvidas, os territórios mais afetados, repercussões institucionais, midiática e no associativismo.

Considerando o recorte de 2011 a 2020, foram tabulados 786 casos, 68,5% concentrados nas regiões Nordeste e Sudeste. Há de se considerar o fato de que cinco estados - São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e Ceará, respectivamente - concentram 54% dos casos, sendo o estado do Rio Grande do Sul a exceção entre esses, por ser o único a não estar nas regiões de maior

concentração de casos, mas, ainda assim, está entre os cinco estados com maior concentração. Outra exceção é o estado do Amapá, o único no qual não conseguimos mapear casos a partir da repercussão em jornais, uma das limitações da metodologia escolhida. Temos como hipótese que pode ter relação tanto com a variação regional de termos para se referir a esses eventos violentos - em vez de “chacina”, outros termos como “massacre” -; além disso, precisamos nos aprofundar em como se dá a cobertura jornalística em casos de homicídios múltiplos naquele estado. Além de considerar o viés de cobertura e repercussão regional, que privilegia notícias do Sudeste em detrimento de outras regiões. No entanto, destacamos que, segundo o Atlas da Violência¹, desde 2011 a região vem sofrendo com o crescimento de

homicídios da juventude por armas de fogo. Esse corresponde ao mesmo padrão quanto ao perfil vitimado e o meio de agressão mais utilizado em casos de chacina mapeados na pesquisa.

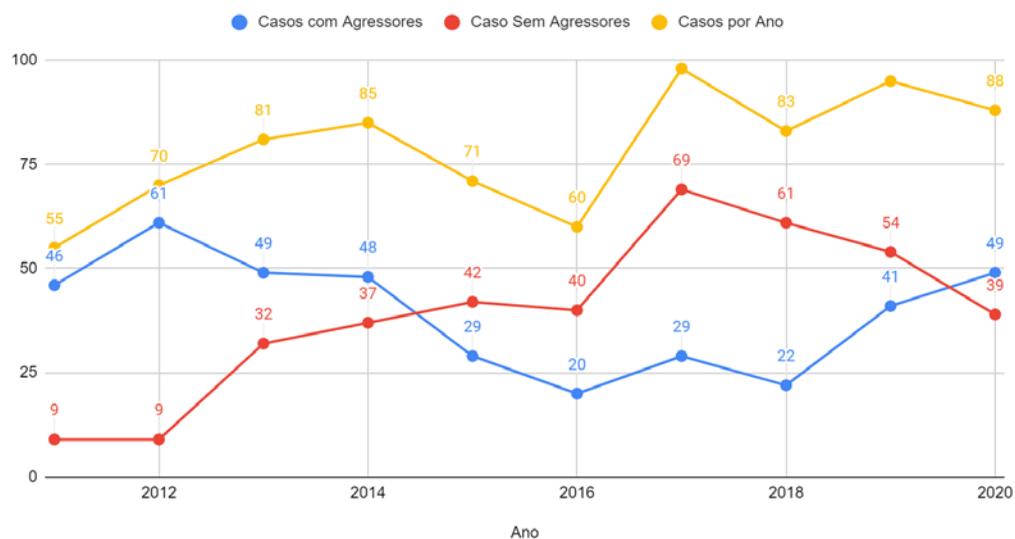
Nos casos mapeados, 3.641 pessoas foram vitimadas, uma média de 5 vítimas fatais por caso. Dentre elas, 42% tinham entre 15 e 29 anos de idade e 32% não possuíam a idade identificada. Nessa sobrevivência da juventude em chacinas, o perfil mais recorrente foram de homens jovens - 36%

das pessoas vitimadas; no caso de jovens mulheres - 5% das pessoas vitimadas. Em relação à raça/cor das vítimas fatais, os dados são quase incipientes pois em 83% dos casos não estão disponíveis. Nos casos declarados, 10,8% da vítimas são negras, 6% brancas e 0,1% indígenas.

Enquanto as informações sobre vítimas fatais são incipientes, em relação aos supostos agressores quase inexistem. O gráfico abaixo representa o total de casos de chacinas; os casos em que os agressores foram identi-

ficados aqueles em que os agressores não foram identificados - todas essas informações distribuídas nos período de 10 anos. Até 2012, a maioria dos casos reportados tinham o agressor identificado nas reportagens, no entanto, daquele ano em diante, a identificação dos agressores nas notícias diminui e, a partir de 2015, a maioria dos casos de chacina que conseguimos mapear não tinham o agressor identificado. Com exceção do ano de 2020, último mapeado, o número de agressores identificados nas notícias voltou a crescer.

Distribuição de casos de chacinas entre casos com agressores indicados e não indicados, 2011 a 2020, Brasil

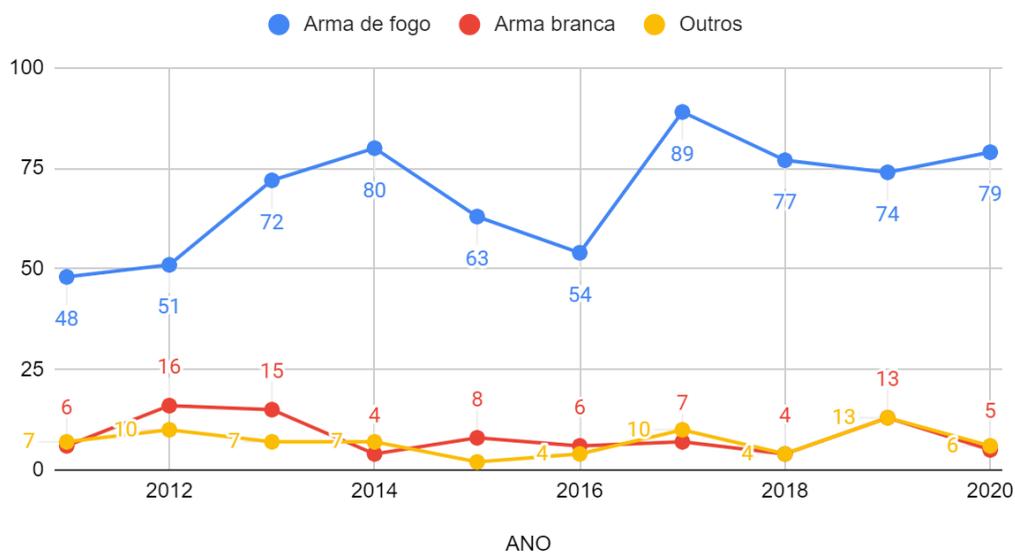


Considerando os 1.583 agressores identificados nas notícias, 19% tinham profissões relacionadas a cargos no setor de segurança pública. Para casos com suspeita de participação policial,

que equivalem a 186 ocorrências, não necessariamente há caracterização dos agressores. No entanto, chamamos a atenção para vítimas fatais em chacinas com suspeita de participação

policial, foram 1.057 pessoas vitimadas – o que corresponde a 29% das vítimas fatais e eleva a média para 5,6 vítimas fatais por caso, representando 23% dos casos em nossa banco de dados.

Meios de agressão em casos de chacinas, 2011 a 2020, Brasil



Ainda que a correlação com a suspeita de participação policial eleve a média de vítimas fatais por caso, as principais correlações nos casos de chacinas estão ligadas aos meios de agressões utilizados e a motivação dos casos por tráfico de drogas. A arma de fogo é responsável

por aparecer em aproximadamente 87% das ocorrências, seguida por 10,7% de armas brancas e 8,9% de outras formas de agressões (carbonização, asfixiamento, etc). A média de aparição de armas de fogo estaria em 68,7 casos, porém, a partir de 2017, ainda que os anos

de 2013 e 2014 tenham tido picos de casos, a média transita para 79,7 casos. Esse fator estaria inserido em um período de desestruturação da política de controle de armas no Brasil, o que viria a facilitar o acesso a esse tipo de produto à população civil.

Em relação à suposta motivação de envolvimento com tráfico de drogas apresentada nas notícias que reportam chacinas, devemos olhar criticamente essa narrativa, uma vez que, na maioria das vezes, é um discurso que reforça a estigmatização dos territórios afetados - periferias urbanas, rurais, quilombolas, ribeirinhas - e das pessoas e grupos sociais racializados que são mais vitimados nessas ocorrências. Nesse cenário, a mídia, ao noticiar chacinas, reforça a narrativa

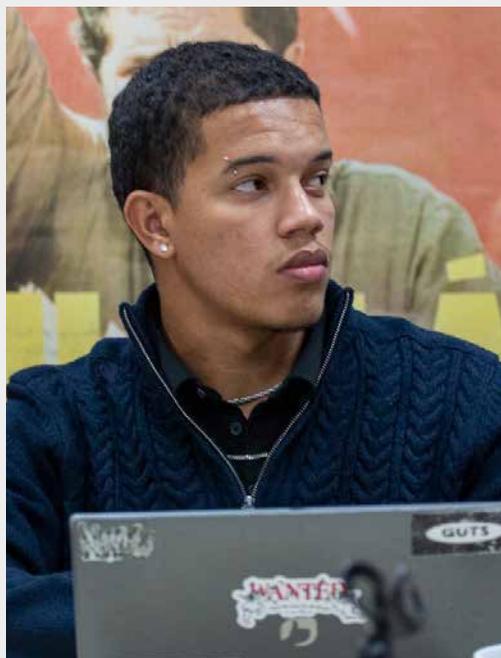
apresentada por policiais, delegados, agentes de segurança: envolvimento com tráfico de drogas.

Enfim, buscamos apresentar parte das características que conseguimos identificar em casos de chacinas e que ainda não foram abordadas em outros trabalhos sobre essa pesquisa a partir da narrativa midiática reportando essas ocorrências. Identificamos alguns principais conflitos que motivam esses eventos violentos, como a guerra às drogas e o encarceramento em massa, a

violência de gênero, as práticas de policiamento - que envolvem agentes fora e em serviço; além dos massacres que ocorrem em contextos de conflito agrário. Estamos nos aprofundando no estudo de casos emblemáticos a fim de recolher outras narrativas sobre as chacinas - daqueles que são mais diretamente afetados e vitimados - e de entender melhor os desdobramentos após as ocorrências, nas esferas jurídica, legislativa, associativista e midiática.



SÓFIA TOLEDO. FOTO: VINICIUS TOLEDO



RUAN BERNARDO. FOTO: VINICIUS TOLEDO

1. Para mais informações, acessar: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/165>>

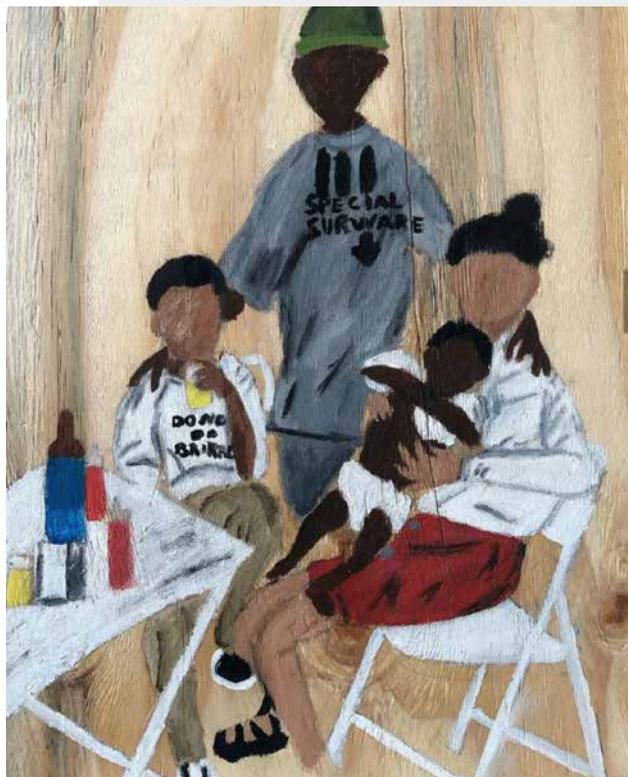
Wilson Formiga

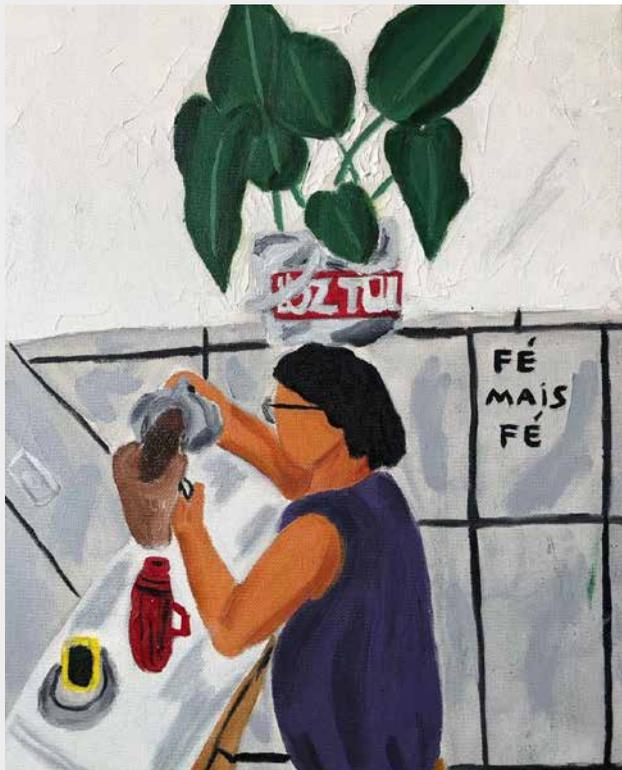
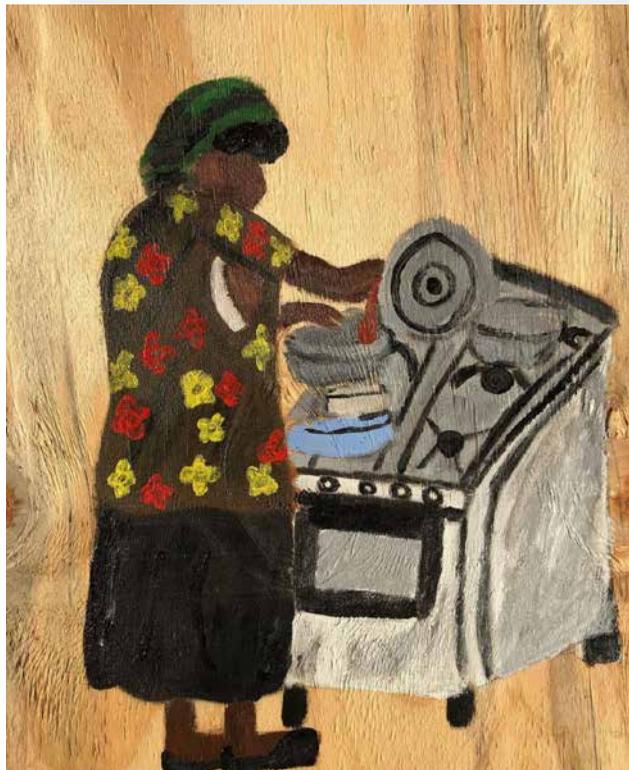


FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Wilson Formiga é pintor de vivências, memórias e sentimentos. Natural de Goiânia, mora na periferia da cidade. Começou a desenhar por influência do pai e há dois anos vem mostrando em suas pinturas o resgate do cotidiano difícil e bonito de seu povo. Com suas pinturas, busca tocar os outros para reviver bons sentimentos.

PARA CONHECER MAIS:
[@WILSONFORMIIGA9](#)





Saúde mental e fé nas periferias

Desde o início de 2020, o Projeto Reconexão Periferias realiza programas para discutir os temas mais diversos relacionados às periferias, sempre dialogando com organizações, coletivos, movimentos sociais, ativistas e militantes de todo

o país. Durante o mês de outubro de 2023, foram realizados programas com temáticas associadas às duas últimas edições da Revista Reconexão Periferias: Saúde mental: preconceito e desigualdades adoecem as periferias (edição de setembro) e

Liberdade religiosa é um direito das periferias (edição de outubro).

Os encontros ocorreram quinzenalmente, sempre às terças-feiras às 17h, horário de Brasília, no canal do [youtube da FPA](#) e na [página do Facebook](#)

Confira os programas de outubro e acesse o canal da Fundação Perseu Abramo para assistir:

03/10/2023 - Em parceria com o SUS, Maré constrói política de saúde mental no território - com Maira Gabriel

17/10/2023 - Histórias e ideias de uma evangélica negra e de esquerda - com Nilza Valéria Zacarias

31/10/2023 - Unidade na fé para combater o racismo - com Edgard Aparecido Moura



Participe da construção da Política Nacional de Cuidados

O Governo Federal lançou uma consulta pública sobre cuidados, no contexto do 29 de outubro de 2023, Primeiro Dia Internacional de Cuidado e Apoio ([mais informações aqui](#)). As contribuições coletadas servirão de subsídio para a formulação da Política e do Plano Nacional de Cuidados. A consulta é aberta a toda a população brasileira, estará disponível até dia 15

de dezembro de 2023 e é composta de duas partes:

Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados: consulta ao documento que abrange os conceitos centrais para o desenho da Política e o Plano Nacional de Cuidados. [O link pode ser acessado aqui](#)

Formulário Eletrônico: que tem como objetivo identificar lacunas, coletar

opiniões e demandas da população por políticas públicas de cuidado. Por meio dessas propostas e sugestões, pretende-se construir uma Política e um Plano Nacional participativos e conectados com os anseios da população. O preenchimento leva cerca de 20 minutos. [O link pode ser acessado aqui](#)



FOTO: MDS

Programa Quinzenal Reconexão Periferias

Terça- feira, às 17h (horário de Brasília). No canal da Fundação Perseu Abramo: www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo

Programa Voz da Mulher

produzido pela Associação Mulheres na Comunicação - Rádio Web Mulheres na Comunicação

www.mulheresnacomunicacao.com/

Aos sábados, às 8h, retransmitido de segunda a sexta-feira: 6h, 13h, 19h e 23h. O programa está disponível no Spotify, Google Podcasts, Apple Podcasts e Anchor, no canal "Mulheres na Comunicação"

Rádio Mixtura

Toda quarta-feira, a cada 15 dias
[Na plataforma dos Jornalistas Livres e da Radio Mixtura](#)

Sonhos Yanomami, de Claudia Anduja

Data: até 28 de janeiro, das 10h às 18h.
Onde: Museu da Arte Moderna de São Paulo - Av. Pedro Álvares Cabral - São Paulo, SP. Ingressos: A partir de R\$ 15,00.
Aos domingos, ingressos gratuitos.
[Informações aqui](#)

A Pequena Esperança

Data: 18/11, das 19h às 20h30
Onde: Espaço Cultural SINTTEL - Rua Alexandre Amorim, 392- Nossa Senhora Aparecida - Manaus, AM
Ingressos: A partir de R\$ 12,50
[Informações aqui](#)



Marcha Mestre Griô Sirley Amaro - Pela Nossa História e Ancestralidade

Data: 18/11. Onde: Praça Coronel Pedro Osório - R. Quinze de Novembro - Centro - Pelotas, RS

Congresso Brasileiro de Literatura de Cordel.

Data: de 21 a 23/11. Onde: Fundação Casa de Rui Barbosa - Rua São Clemente, 134 - Botafogo - Rio de Janeiro, RJ. Evento gratuito. [Informações aqui](#)

Arqueologia e Memória dos Povos Indígenas e Quilombolas

Data: 22/11, das 9h às 17h
Onde: Sala Alfredo Bosi, Rua Praça do Relógio, 109 - Cidade Universitária - São Paulo, SP. [Informações aqui](#)

Olhos que Condenam - Reconhecimento fotográfico e prisões Injustas

Data: 22/11, das 18h30 às 20h30. Onde: OAB/RS - Subseção Pelotas - Rua Osvaldo Aranha - 71 - Cruzeiro do Sul - Pelotas, RS. Ingressos: Gratuitos. [Informações aqui](#)

Festival Malungo

Recordações, Show Dançante

Data: 22/11, às 16h

Canção Brasileira

Data: 23/11, às 20h

Onde: CEU Heliópolis - Estrada das Lágrimas, 2385 - São João Clímaco - São Paulo, SP. Ingressos: Gratuitos

Encontro Intercontinental Sobre a Natureza

Data: 23 e 24/11, das 8h às 19h. Onde: Avenida Barão de Studart, 1980 Aldeota - Fortaleza, CE

Ingressos: Gratuito

[Informações aqui](#)

Vozes da liberdade: entre histórias e memórias negras

Data: 23 e 24/11, das 8h às 17h

Onde: IFAL - Campus Santana do Ipanema - Santana do Ipanema, AL

[Inscrições e mais informações](#)

Feira do Livro de Brasília - Felib

Data: 24/11 a 03/12

Onde: Parque da Cidade Sarah Kubitschek - SRPS Asa Sul - Brasília, DF.

[Informações aqui](#)

7º Encontro Cultural Aidê Brasil

Data: 24/11, às 19h

Onde: Praça da Cultura - Auditório Marcos Freire I

Data: 25/11, às 14h

Onde: Colégio Jorge Amado - Conjunto João Alves

Slam da Guilhermina

Data: 24/11, às 19h30

Onde: Praça Anexa - Estação Guilhermina - Esperança

Data: 26/11, às 19h

Onde: Quadra da VAI-VAI - R. Tabatinguera, 192 - Centro Histórico de São Paulo - São Paulo, SP

Seminário sobre Dança Afro-brasileira, com Evandro Passos

Data: 28/11, das 9h às 12h

Onde: Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional - Avenida Presidente Carlos Luz, 6627, Sala de Dança - Pampulha - Belo Horizonte, MG. [Informações aqui](#)

V Fórum da Juventude Preta Baiana

Data: de 28/11 a 01/12, das 18h às 22h. Onde: evento remoto

Inscrições: gratuitas

[Informações aqui](#)

VI Seminário de Secretariado: Gestão Social e caminhos para o desenvolvimento

Data: 28 e 29/11, das 8h às 18h

Onde: Anfiteatro da Universidade Federal do Amapá - Rod. Juscelino Kubitschek, km 02 - Jardim Marco Zero - Macapá, AP. Inscrições: R\$ 15,00. [Informações aqui](#)

XII Semana de Letra: Construção Identitária Amazônica

Data: de 4 a 6/12, das 14h às 22h.

Onde: Escola Normal Superior da Universidade do Estado do Amazonas – ENS/UEA - Avenida Djalma Batista, Chapada - Manaus, AM. Ingresso: A partir de R\$ 10,00 [Informações aqui](#)

XIX Seminário de Estudos Urbanos e Regionais

Data: de 6 a 9/12, das 18h às 19h.

Onde: Rua Almirante Barroso, 1202 - Pelotas, RS [Informações aqui](#)

OPORTUNIDADES NOVEMBRO

Edital	Foco	Prazo	Link
Edital nº 1/2023 - Seleção de organizações da sociedade civil para execução de projetos de formação com mulheres em autonomia econômica e cuidado	Chamamento Público para a seleção de organização da sociedade civil interessada em celebrar Termo de Fomento que tenha por objeto realizar Projeto de formação com mulheres em Autonomia econômica e cuidado, visando à constituição de rede de multiplicadoras.	Até 24 de novembro de 2023	https://www.gov.br/mulheres/
Edital de Premiação - Construção Nacional da Cultura Hip-Hop 2023	Reconhecimento e premiação de iniciativas culturais para a promoção continuada da Cultura Hip-Hop ao longo de 40 anos no Brasil e 50 anos no mundo, que visem à criação e/ou produção e/ou circulação de obras, atividades, produtos e ações, tais como: projetos de composição, arranjos, produção de beats, shows, vídeos, discos, arquivos audiovisuais, sítios de internet, revistas, batalhas, rodas culturais, cyphers, jams, espetáculos, slam, beatbox, pesquisas, mapeamentos, fotografias, seminários, ciclos de debates, palestras, workshops, oficinas e cursos livres, que possam contribuir com o desenvolvimento sociocultural do segmento.	Até 11 de dezembro de 2023	https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/editais-e-portarias/editais/2023/inscricoes-abertas/edital-premio-cultura-viva-construcao-nacional-do-hip-hop-2023
Lei Municipal de Incentivo à Cultura	A Prefeitura Municipal de Varginha, tendo em vista os termos da Lei nº 4.525//2006, e do Decreto 4.147/2006, comunica que está aberto, no período de 19 de outubro de 2023 a 17 de novembro de 2023, às 12h, o prazo para inscrição de projetos a serem beneficiados pela Lei Municipal de Incentivo à Cultura, para o ano de 2024, de acordo com as disposições contidas no Edital 001 / 2023.	Até 17 de novembro de 2023	https://prosas.com.br/editais/14240

OPORTUNIDADES NOVEMBRO

<p>FCMS Nº 02/2023 EDITAL PARA FOMENTO A AÇÕES CULTURAIS DE AUDIOVISUAL LEI PAULO GUSTAVO - MATO GROSSO DO SUL/MS</p>	<p>O objeto deste Edital é a seleção de projetos de execução de ações culturais de audiovisual, apresentados por pessoas físicas, jurídicas sem fins lucrativos e Microempreendedores Individuais - MEI, nas categorias listadas, para receberem apoio financeiro por meio da celebração de Termo de Execução Cultural.</p>	<p>Até 17 de novembro de 2023</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/14257</p>
<p>Hangar Mulheres, a revolução do empreendedorismo feminino</p>	<p>O Parque Tecnológico Itaipu acredita que o empreendedorismo feminino é a chave para impulsionar o desenvolvimento social e econômico no Brasil e, por isso, nos juntamos ao Ministério das Mulheres e a Itaipu Binacional para uma parceria que busca transformar vidas e capacitar mulheres que irão se conectar a um dos melhores ecossistema de inovação do País para empreender e impactar.</p>	<p>Até 5 de dezembro de 2023</p>	<p>https://www.pti.org.br/hangarmulheres/</p>
<p>Editais de Chamamento de Projetos Culturais de Artes Visuais</p>	<p>Este chamamento visa identificar propostas e projetos artísticos que estejam em consonância com as diretrizes institucionais do SESI-SP: democratizar e ampliar o acesso à cultura, bem como incentivar a produção e a difusão de obras das mais variadas vertentes artísticas. Prevê a seleção de projetos a serem realizados em formato presencial, nos espaços culturais do SESI-SP ou em locais parceiros determinados pela instituição. Caso não seja possível a realização das atividades presencialmente, estas poderão ser direcionadas para o formato on-line ou híbrido, nas plataformas digitais</p>	<p>Até 10 de dezembro de 2023</p>	<p>https://www.sesisp.org.br/cultura/sesi-sp-abre-edital-para-projetos-de-artes-visuais-para-integrar-a-programacao-da-galeria-de-arte-do-centro-cultural-fiesp</p>

OPORTUNIDADES NOVEMBRO

<p>Edital nº 2/2023 - Seleção de organizações da sociedade civil para execução de ações de educação para prevenção às violências contra mulheres</p>	<p>O Ministério das Mulheres, representado pela Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres (SENEV), apresenta o Edital de Chamamento nº 2/2023, que visa a seleção de organização da sociedade civil interessada em celebrar termo de fomento que tenha por objeto a execução de projetos de ações de educação popular e formação sobre acesso aos direitos e prevenção às violências contra mulheres.</p>	<p>Até 29 de novembro de 2023</p>	<p>https://www.gov.br/mulheres/pt-br</p>
<p>Elas Avançam: Ambientes Prósperos para o Protagonismo Feminino</p>	<p>Buscamos projetos que promovam atividades, ações de capacitação e formação profissional, qualificação em tecnologia e/ou desenvolvimento de habilidades e competências que fortaleçam as mulheres e promovam a equidade de gênero. Projetos que contribuam, de forma direta ou indireta, para a construção de um ambiente fértil para o protagonismo feminino por meio de ações como o desenvolvimento de lideranças, o combate ao machismo, atividades no contraturno escolar para crianças, a promoção da saúde e bem-estar, o combate à discriminação e violência de gênero, etc.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/9048-elas-avancam-ambientes-prosperos-para-o-protagonismo-feminino</p>

<p>Programa de Aceleração de ONGs</p>	<p>A Phomenta, aceleradora de ONGs, está com a pré-inscrição aberta para os seus programas de aceleração. Organizações da Sociedade Civil de qualquer parte do país podem se inscrever e receber em primeira mão as informações quando cada programa abrir inscrições. Os programas de aceleração visam transformar a gestão da organização em um curto espaço de tempo, entre 5 e 7 meses, com ferramentas práticas e conteúdos dinâmicos. São apresentados temas diversos como captação de recursos, priorização, identificação e resolução de problemas, inovação, empreendedorismo e como conseguir parceiros.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/6486-programa-de-aceleracao-de-ongs</p>
---------------------------------------	--	-----------------------------	--



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



WWW.FPABRAMO.ORG.BR